

REPATRIADOS



Ricardo Stuckert

Após negociações de mais de três semanas, governo federal conseguiu resgatar brasileiros que estavam presos na Faixa de Gaza.

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 13 de Novembro de 2023 Nº 121

O caminho de volta dos brasileiros repatriados

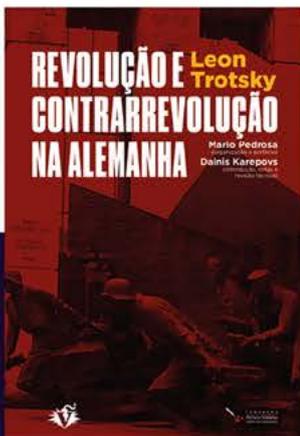
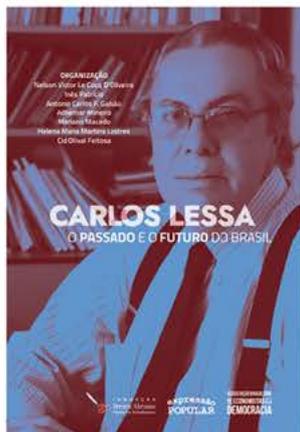
Artigo: 'O sionismo como ele é' de Giorgio Romano

Encerradas as inscrições para o novo PAC Seleções

Lula abre renegociações do FIES descontos chegam a 100%

Teatro: Teoria King Kong estreia em São Paulo

CONHEÇA A FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO



27 ANOS PRODUZINDO CONHECIMENTO E FORMAÇÃO POLÍTICA

Fundação Perseu Abramo | Formação | Publicações | Memória | Teoria e Debate | Acervo Social | Observa BR

POLÍTICA | ECONOMIA | CULTURA | MEIO AMBIENTE | PÚBLICO | INTERNACIONAL | SOCIAL | PERIFÉRIAS | PODCAST | VÍDEOS | ÁGENDA

formação FPA

CLIQUE AQUI E ACESSA NOSSOS CURSOS

LANÇAMENTOS

Revolução e Contrarrevolução na Alemanha

Conteúdo recente

- HOMENAGEM** Vladimir Pomar presente, agora e sempre!
- HOMENAGEM** Vladimir Pomar: perdemos um valeroso militante da esquerda brasileira
- POLÍTICA** CASB divulga nomes do conselho
- LANÇAMENTOS** Revolução e Contrarrevolução na Alemanha
- INTERNACIONAL** Janela Internacional: os 50 anos do golpe no Chile
- PERIFÉRIAS** Painel de Dados das periferias desenha desigualdades em gráficos e mapas
- POLÍTICA** Presidente Lula sanciona três leis para proteger a vida das brasileiras
- PERIFÉRIAS** Reconexão reúne conselho, coletivos, ministérios e chega ao presidente

Leia mais

Publicações

Revista Reconexão Periferias - maio 2023

Viver por conta própria

■ **acompanhe nossos canais e receba nossas publicações!**



www.fpabramo.org.br



[@fpabramo](https://twitter.com/fpabramo)



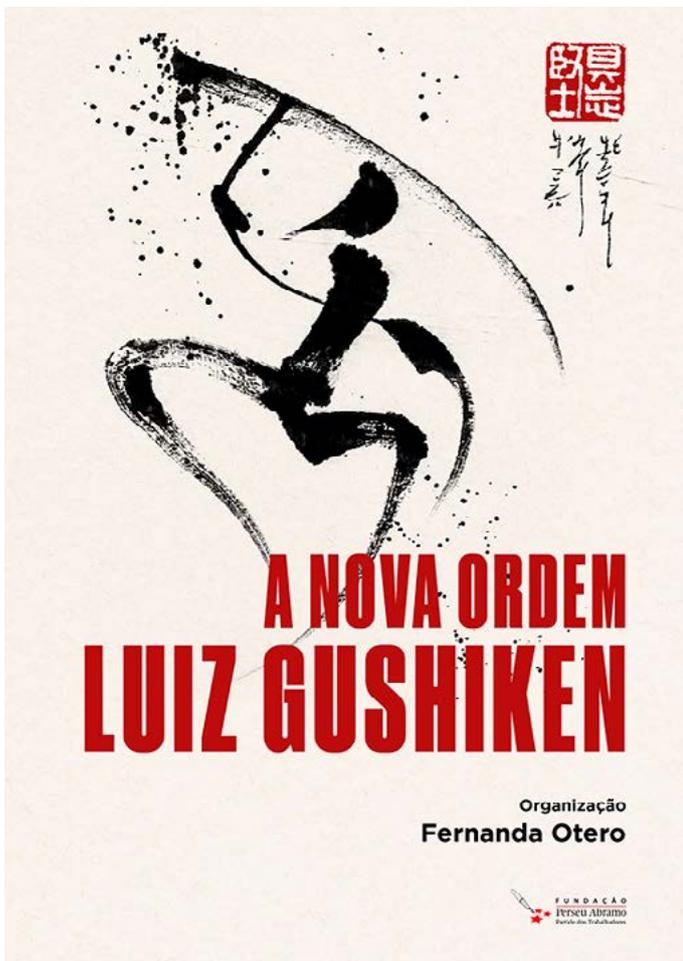
[Fundação Perseu Abramo](https://www.youtube.com/fpabramo)



[@fpabramo](https://www.instagram.com/fpabramo)



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



focus
BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: Pedro Camarão

Colaboradores: Bia Abramo, Fernanda Estima,

Fernanda Otero, Guto Alves, Isaías Dalle,

Nathalie Nascimento e Paulo Chagas



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva

Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar,

Valter Pomar e Virgílio Guimarães

CONSELHO CURADOR

Presidenta: Eleonora Menicucci

Conselheiros: Ana Carolina Moura Melo Dartora, Ana Maria

de Carvalho Fontenele, Arthur Chioro, Azilton Ferreira

Viana, Camila Vieira dos Santos, Celso Luiz Nunes Amorim,

Dilson de Moura Peixoto Filho, Eliane Aquino Custódio,

Elisa Guaraná de Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque,

Everaldo de Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel,

Fernando Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada

Lopes, José Roberto Paludo, José Zunga Alves de Lima,

Laís Wendel Abramo, Luciano Cartaxo Pires de Sá, Luiza

Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges

Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif,

Sandra Maria Sales Fagundes, Sergio Nobre, Tereza Helena

Gabrielli Barreto, Vladimir de Paula Brito.

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),

Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia

e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves

das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França

Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas

(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane

Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo

(Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína

Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),

Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio

Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares

Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência),

Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e

Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) - CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

CONTRIBUA COM A REVISTA
REVISTA RECONEXÃO PERIFERIAS

Convidamos ativistas, coletivos e movimentos para contribuir com a Revista Reconexão Periferias de fevereiro.

O tema do mês será sobre as ruas, como espaços de disputa, defesa da democracia e também alegria, nas festas populares do carnaval. **Textos, artigos, fotos, ilustrações, poemas e toda forma de expressão que possa estar consolidada na Revista são bem vindos!**

Envie um e-mail para estudosperiferias@gmail.com para maiores informações.

SERÁ MUITO LEGAL TER A PARTICIPAÇÃO DE VOCÊS!

FUNDAÇÃO Perseu Abramo Partido dos Trabalhadores

REVISTA RECONEXÃO PERIFERIAS



Ricardo Stuckert

ENFIM, EM CASA: A CHEGADA DOS BRASILEIROS

Após mais de três semanas de intensas negociações, brasileiros são recebidos pelo presidente Lula. Avião presidencial estava no Egito há cerca de um mês e finalmente pousou de volta à Base Aérea de Brasília. No encontro, o presidente Lula voltou a criticar Israel e Hamas.

Página 12

O RETORNO Embaixador diz que incerteza marcou negociações.

Página 09

NÃO DEU Bolsonaro passa vergonha ao tentar explorar repatriação

Página 11

ARTIGO O sionismo como ele é, por Giorgio Romano Schutte.

Página 12

NOVAS REGRAS Minha Casa, Minha Vida tem aumento de recorte

Página 15

NEGACIONISMO Movimento antivacina acende alerta

Página 16

PAC Primeira fase do programa encerra inscrições de projetos

Página 21

FIES Lula abre renegociações do programa de financiamento estudantil.

Página 23

ARTIGO Segurança: responsabilidade de todos

Página 24

SECA Pescadores atingidos receberão auxílio

Página 26

ECONOMIA Taxa média de juros tem queda pelo quarto mês

Página 29

PORTUGAL Cai o primeiro-ministro António Costa

Página 28

CULTURA Lei Aldir Blanc é destaque entre fomentos

Páginas 31

TEATRO 'Teoria King Kong' estreia em São Paulo

Páginas 33



O CESSAR-FOGO E A CONSTITUIÇÃO DOS DOIS ESTADOS

Alberto Cantalice

O bombardeio contínuo sobre a Faixa de Gaza choca e envergonha o mundo. A crueldade na morte de civis, principalmente crianças foge de qualquer racionalidade. Os apelos da comunidade internacional não vêm sendo acatados por Benjamin Netanyahu e seus fundamentalistas da extrema-direita, que de uma guerra contra o terrorismo do Hamas, transmudou-se em genocídio do povo palestino.

A pretexto de atacar bunkers, o exército israelense ataca escolas, hospitais, mesquitas e até ambulâncias. É uma lógica de cerco e aniquilamento cujas principais vítimas são as pessoas comuns, os mais vulneráveis.

As manifestações cada vez mais massivas ao redor do mun-

do tem servido para demonstrar a indignação internacional com o massacre e posto pressão nos governos para que intervenham por um cessar-fogo imediato.

Os principais veículos da mídia internacional todos os dias apontam o assombro com tamanha insensatez da cúpula israelense.

O Papa Francisco um dos líderes religiosos mais importante do mundo tem reiteradamente se manifestado pelo fim dos bombardeios e pedindo um pouco de humanidade nessa hora.

O Brasil liderado por Lula defende desde o início do conflito o cessar-fogo. Condenou imediatamente os atos terroristas cometidos pelo Hamas e pediu serenidade aos israelenses. Nosso país foi a primeira nação a resgatar seus nacionais em

território de Israel e iniciou uma longa e persistente cruzada para resgatar os outros que estavam em Gaza.

A chegada de nossos compatriotas são e salvos demonstram o caráter humanista e solidário do novo governo Lula. Diferentemente do governo anterior de Bolsonaro que empatia com o outro nunca foi o forte.

Entendo que passado o sufoco dos resgates, é a hora do Itamarati convocar o embaixador israelense em Brasília para prestar esclarecimentos pela reunião extemporânea realizada no Congresso Nacional.

O Brasil deve continuar buscando o fim do conflito e seguir junto aos foros internacionais trabalhando pela constituição plena dos dois estados: Palestina e Israel.

Esse é o único caminho!

SÃOS E SALVOS: 24 BRASILEIROS REPATRIADOS



24 brasileiros e 10 familiares que pediram ajuda do governo brasileiro para sair da Faixa de Gaza chegaram país nesta segunda-feira, 13. O presidente Lula foi até a Base Aérea de Brasília para receber o grupo e disse que segue em negociações para uma segunda lista de nomes brasileiros.

Nas últimas semanas, apreensão e angústia. Os sentimentos de medo que circundavam o retorno de brasileiros que estavam em Gaza ao Brasil deram lugar, na noite desta terça-feira, 14, ao alívio e à alegria das imagens que registram o momento em que o presidente Lula recebeu os repatriados na base aérea Brasília.

Após uma espera de mais de três semanas pela permissão das autoridades envolvidas na guerra, finalmente chegaram ao Brasil os 24 brasileiros e 10 familiares palestinos próximos que pediram ajuda do governo brasileiro para deixar a Faixa de Gaza. O grupo vinha recebendo auxílio de representações diplomáticas brasileiras desde o início do conflito, com acompanhamento dedicado de Lula.

“A gente vai tentar fazer todo esforço que estiver ao alcance da diplomacia brasileira para tentar trazer os brasileiros que lá estão e que querem voltar ao Brasil. [...] Enquanto tiver a possibilidade de tirarmos uma pessoa, nem que seja uma só pessoa da Faixa de Gaza, nós estaremos à disposição”, disse o presidente Lula, ao receber os repatriados.

Ao lado dos brasileiros repatriados Hasan Rabee e Shahed Al-Banna, rostos que ficaram conhecidos nos vídeos que mostravam a rotina do grupo enquanto aguardavam a liberação para viajar ao Brasil, o presidente disse que não cessará esforços para

aprovar uma 2ª lista de brasileiros e familiares que ainda estão na Faixa de Gaza.

Hasan Rabee relatou na chegada que era impensável esperar mais, pois havia “bomba caindo de todo lado” e afirmou que o que está acontecendo em Gaza é um Massacre. “O que está acontecendo lá, na verdade, é um massacre difícil para todos vocês entenderem o que a gente passa lá. As minhas filhas ficaram muito chocadas lá. A gente ficou mentindo que os ataques eram bombas de festa de aniversário, mas a gente não conseguiu segurar muito tempo”, contou.

Em solo brasileiro

Duas crianças repatriadas tiveram casos de amidalite e virose e foram encaminhadas, assim que chegaram, para receber atendimento médico na Base Aérea de Brasília. Segundo a médica da Força Aérea Brasileira (FAB), Thaís Nascimento, “as crianças estão estáveis. Mas, elas estavam sem se alimentar e sem tomar água.

Uma teve amidalite há duas semanas e veio tratando ao longo do tempo. A irmãzinha dela acabou meio que contraindo uma virose nesses últimos dias. Vomitou, estava se sentindo mal. Mas, mesmo assim, conseguiram fazer o voo bem”.

O grupo de brasileiros passará duas noites em um alojamento na Base Área, onde serão atendidos por assistentes sociais, além de receberem atendimento médico e psicológico. Os resgatados poderão solicitar a inclusão no Bolsa Família e outros programas de benefícios socioassistenciais, segundo informou o Ministério do Desenvolvimento Social.

Apesar de haver registrado o pedido de 34 pessoas para repatriação ou ajuda do governo brasileiro para sair da região de 34 pessoas, o Ministério das Relações Exteriores informou que somente 32 embarcaram - duas pessoas, mãe e filha adolescente, desistiram e decidiram permanecer na região em guerra.

Além de Lula, marcaram pre-

Ricardo Stuckert



sença na dos repatriados a primeira-dama, Jaja Lula da Silva, a Janja, e outros seis ministros de Estado, dentre os quais Mauro Vieira, ministro das Relações Exteriores, Paulo Pimenta, da Secom e Flávio Dino, ministro da Justiça.

Ricardo Stuckert



Um retorno difícil

Eram 6h51 desta segunda-feira, 13, pelo horário de Brasília, quando a aeronave VC-2, da Presidência da República, decolou do Egito rumo ao Brasil. A bordo, os 32 passageiros que deixaram a Faixa de Gaza no domingo, 12, que agora já estão em solo brasileiro. São 17 crianças, nove mulheres e seis homens trazidos no décimo resgate da zona de conflito no Oriente Médio.

Sinais de que não seria fácil já apareceram no início das negociações, há cerca de um mês. Em 16 de outubro, o gabinete do primeiro-ministro israelense Benajmin Netanyahu negou acordos para liberar a passagem de Rafah, na fronteira entre Gaza e o Egito.

O Brasil iniciou os procedimentos de repatriação ainda no dia 12/10, quando brasileiros abrigados na escola Rosary Sisters, no norte de Gaza, manifestam interesse de repatriação. Dois dias depois, eles deixariam a escola rumo Sul de Gaza para aguardar o dia de cruzar a fronteira. Nas semanas seguintes, o grupo recebeu auxílio frequente para garantir compra de água, alimentos, remédios, além de atendimento médico e psicológico.

Durante todo o período, o presidente Lula manteve diálogos diários com autoridades dos Emirados Árabes, Israel, Palestina, Egito, França, Rússia, Turquia, Irã, Catar e Conselho Europeu, assim, como o ministro das Relações Exteriores e embaixadores. No dia 12, domingo, brasileiros

tiveram, após todo esse martírio, cruzar a fronteira entre Gaza e Egito e iniciar o caminho de fuga.

Para aplacar a situação difícil, uma recepção calorosa.

“Há todo um esquema de recepção. Um sistema de apoio e acolhimento em que serão oferecidos identidade, permissão de trabalho, acesso ao Sistema Único de Saúde, à rede de apoio social para refugiados, além da regularização da situação de cada um”, explicou o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, numa coletiva de imprensa neste domingo.

“Alguns brasileiros já têm destino certo porque têm familiares aqui, mas uma parcela significativa, quase metade, não tem onde ficar. O Governo Federal já preparou, por meio do Ministério do Desenvolvimento Social, um local onde essas pessoas ficarão acolhidas no interior de São Paulo”, explicou Augusto de Arruda Botelho, secretário nacional de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Lula volta a criticar Israel por ataques a civis

“Aos 78 anos, eu já vi muita brutalidade e violência. Mas eu nunca vi uma violência tão desumana contra inocentes”, disse o presidente. “O Hamas cometeu ato de terrorismo, mas a resposta de Israel também é letal con-

tra crianças e mulheres inocentes. Destruição de tudo que foi construído com muita luta, como escolas, hospitais. O governo brasileiro vai continuar lutando pela paz, cobrando dos outros presidentes um comportamento humanista, pelo cessar-fogo”.

Na noite desta terça, 13, durante sua fala, o presidente disse ainda que tanto o Hamas quanto forças israelenses cometeram “atos terroristas”. O Hamas cometeu um ato terrorista e fez o que fez. Israel também está cometendo vários atos de terrorismo ao não levar em conta que as crianças não estão em guerra, que as mulheres não estão em guerra. Eles não estão matando soldados, estão matando crianças”, disse o presidente.

Desde o início do conflito, o número de mortos na guerra entre Israel e palestinos já ultrapassa a marca de 12.400, segundo levantamento. O Ministério da Saúde controlado pelo Hamas fala em mais de 11 mil mortes em Gaza; a Cisjordânia relatou 183, enquanto autoridades israelenses registraram cerca de 1.200 mortes. Depois de já ter anunciado o número de 1.400 mortes, Israel revisou a contagem e diminuiu o número de mortos no ataque do Hamas em 7 de outubro, para cerca de 1.200, ante uma estimativa anterior do governo de 1.400.●

INCERTEZA MARCOU NEGOCIAÇÃO PARA TIRAR GRUPO DE GAZA, DIZ EMBAIXADOR

Embaixador do Brasil no Cairo comentou o processo de repatriação. Paulino Franco conversou com a TV Brasil na noite de segunda.

Com Agência Brasil

Na segunda-feira, 13, durante a expectativa para chegada dos brasileiros que estavam em Gaza ao Brasil, o embaixador do Brasil no Cairo, Paulino Franco de Carvalho Neto conversou, ao vivo, com a TV Brasil. Segundo relato à estatal, as negociações para retirar os brasileiros e seus familiares da Faixa de Gaza exigiu esforços da diplomacia brasileira que envolveram desde o presidente da República até os embaixadores do Brasil em Israel, no Egito, na Palestina e até em Nova York, contou o embaixador.

Durante a entrevista, o diplomata relatou que o trabalho das autoridades brasileiras para conseguir repatriar o grupo de 32 pessoas da zona de guerra foi marcado por incertezas.

O embaixador Paulino destacou que foi necessária a intervenção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do ministro das Relações Exteriores Mauro Vieira, e do corpo diplomático tanto no Egito, como em Tel Aviv, em Israel, em Ramala, na Cisjordânia, além de Nova York, nos Estados Unidos, onde fica o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, que o Brasil presidiu ao longo do mês de outubro, quando os conflitos no Oriente Médio se acirraram.

“O resultado final foi muito positivo. Não foi um processo simples, isso está evidente para todos nós. Demorou não só para

Pedro França/Agência Senado



'SEGURANÇA' - países envolvidos, como EUA e Catar, queriam se certificar que nenhum estrangeiro era ligado a grupos tmilitantes do Hamas

o Brasil, mas para outros países também. Alguns países nem conseguiram ainda tirar os nacionais da Faixa de Gaza”, destacou.

Segurança

O embaixador do Brasil no Cairo destacou que o processo para autorizar a saída de estrangeiros de Gaza envolveu não apenas o Egito e Israel, mas também as autoridades da Faixa de Gaza, que é controlada pelo Hamas, e de países como Estados Unidos e Catar, que atuam como intermediários do conflito.

Segundo Paulino Franco, a principal dificuldade para autorizar a saída de estrangeiros tinha relação com a segurança. Os países envolvidos queriam ter certeza que nenhuma dessas pessoas estava ligada a grupos militantes da Faixa de Gaza.

“Essas pessoas todas pas-

saram pelo crivo de segurança para saber, em última instância, se elas tinham alguma vinculação com grupos militantes, considerados por alguns países como terroristas. Tudo isso fez com que esse processo tomasse tempo e envolvesse troca de informações entre esses governos e seus setores de segurança e de inteligência.”

Além das questões da segurança, outro fator que dificultou a saída dos brasileiros foi o agravamento do conflito que aumentou a tensão política e diplomática na região: “Isso fez com que os governos dos países da região ficassem muito cautelosos antes de tomar qualquer decisão que pudesse ter consequências inesperadas para eles. Acho que uma série de fatores explicam essa demora e esse processo mais lento com idas e vindas”.

MAURO VIEIRA: BRASIL DEFENDE SUSPENSÃO DE HOSTILIDADES NO ORIENTE MÉDIO

Todo o esforço para libertação dos brasileiros foi feito por instrução e com acompanhamento do presidente Lula, frisou o diplomata

O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, afirmou durante coletiva no Itamaraty no domingo, 12, em Brasília, que o Governo Federal seguirá se esforçando para buscar junto ao Conselho de Segurança das Nações Unidas uma solução que permita a suspensão de hostilidades e a criação de pausas humanitárias no confronto no Oriente Médio.

“A situação desses brasileiros está momentaneamente resolvida, mas a situação do conflito é gravíssima. O presidente Lula continua muito envolvido na solução da questão. Sua intenção é voltar a tratar disso no Conselho de Segurança das Nações Unidas a partir desta semana, para que se possa encontrar uma forma de suspensão dessas hostilidades e a criação de uma pausa humanitária que possa levar ao alívio da população civil palestina em Gaza”, relatou.

Desde o início da crise, Lula manteve diálogos por telefone com autoridades dos Emirados Árabes Unidos, de Israel, da Palestina, do Egito, da França, da Rússia, da Turquia, do Irã, do Catar, do Conselho Europeu, da Espanha e da Índia.

O ministro Mauro Vieira também se envolveu em diálogos frequentes com os chanceleres de Israel e Egito. “Todo o esforço para libertação dos brasileiros, desde o início (7 de outubro, data dos primeiros ataques con-



Foto: Carlos Alberto Jr. / Secom / PR

VOLTANDO EM PAZ - 1.477 passageiros, além de 53 animais domésticos, foram resgatados em dez voos comandados pela FAB

LULA CONTINUA ENVOLVIDO NA SOLUÇÃO DA QUESTÃO. SUA INTENÇÃO É VOLTAR A TRATAR DISSO NO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS

tra Israel), foi feito pelo governo, por instrução do presidente Lula, com acompanhamento diário. Eu fui interlocutor de todos os contatos com os governos envolvidos e foi isso que resultou na conclusão exitosa desse acordo”, frisou o diplomata, referindo-se às nações envolvidas nas missões de repatriação dos brasileiros na Operação Voltando em Paz.

O ministro exaltou o envolvimento de diversos ministérios que se empenharam no processo. Com a chegada do grupo resgatado de Gaza ao Brasil, na noite desta segunda-feira, 13 de novembro, a operação terá transportado 1.477 passageiros: 1.462 brasileiros, 11 palestinos, três bolivianas e uma jordaniana, além de 53 animais domésticos, em dez voos comandados pela Força Aérea Brasileira (FAB). •



PESQUISA QUAEST MOSTRA QUE TENTATIVA DE BOLSONARO DE EXPLORAR RETORNO DE BRASILEIROS FALHOU

Quaest: 74% do que foi compartilhado nas redes relacionava o resgate dos brasileiros ao governo Lula.

A tentativa feita pelo ex-presidente Jair Bolsonaro de explorar o drama dos brasileiros que tentavam deixar a Faixa de Gaza naufragou vergonhosamente, mostra levantamento do Instituto Quaest. O grupo deixou o Egito rumo ao Brasil nesta segunda-feira (13).

Na semana passada, o ex-capitão teve coragem de afirmar que a autorização para que o grupo de brasileiros e familiares próximos deixasse a zona de conflito era resultado de ações suas. A análise da Quaest mostra que apenas seus desavisados seguidores acreditaram na mentira.

O instituto analisou tudo o que foi dito na internet sobre o

assunto entre as 15h de quinta (9) e as 15h de sexta (10). Resultado: 74% do que foi compartilhado nas redes relacionava o resgate dos brasileiros ao governo Lula.

“(Após as declarações de Bolsonaro) Cresceram as manifestações nas redes em favor do ex-presidente. Mas nada que significasse uma virada de cenário. (...) Bolsonaro até conseguiu convocar seus soldados digitais para a guerra, mas não conseguiu furar a bolha”, resumiu o diretor da Quaest, Felipe Nunes, na rede social X, o antigo Twitter.

Não poderia ser diferente. O Brasil inteiro pode testemunhar o esforço do governo, que agiu com rapidez para proteger os cidadãos brasileiros que se encontravam em Gaza, em Israel e

na Cisjordânia desde o início da guerra entre Israel e o Hamas.

O primeiro voo para trazer brasileiros de volta ao país ocorreu em 11 de outubro, apenas três dias depois do início do confronto. Desde então, outros nove voos foram realizados, incluindo aquele para trazer o grupo de Gaza.

Desde então, o governo Lula resgatou 1.477 pessoas e 53 pets, numa operação que envolve cerca de 150 militares e 37 profissionais de saúde e serviu mas 3 mil refeições em 315 horas de voo sobre 16 países, além do recente êxito do retorno dos brasileiros ao país depois de tantas horas dramáticas de guerra e espera.



O SIONISMO COMO ELE É

Giorgio Romano Schutte

A atual brutal violência do Estado de Israel contra a população palestina não deveria surpreender ninguém. A ideologia sionista sempre carregou em si a lenda de um povo sem terra ocupando uma terra sem povo. Na melhor das hipóteses, estariam lidando com uma população não-civilizada, semibárbara. Após as ações militares do Hamas em 7 de outubro, várias lideranças sionistas argumentaram, de forma direta ou indireta, que se tratavam de ações de desumanas e que, portanto, o Hamas e seus seguidores devem ser tratados como desumanos. Na verdade, é assim que os sionistas desde sempre trataram e olharam para o povo Palestino. A colonização veio junto com uma ideologia de su-

perioridade e racismo, e, na impossibilidade de expulsar todos os palestinos com um sistema de apartheid, a vertente de esquerda argumentava que o sionismo iria libertar a região da opressão do feudalismo. Tratava-se de um socialismo para um povo só. Hoje em dia o sionismo não é mais laico, nem tem a fachada socialista dos Kibutz, ele assume de vez a cara de um extremismo de direita liderado pelo primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, que ocupa, desde dezembro 2022, pela terceira vez, o posto (primeira de 1996-1999, segundo de 2009-2021).

Yasser Arafat, o líder da Organização pela Libertação de Palestina (OLP) de 1969 até sua morte, em 2004, comentou em uma entrevista no início da década de 1990 que o drama dos

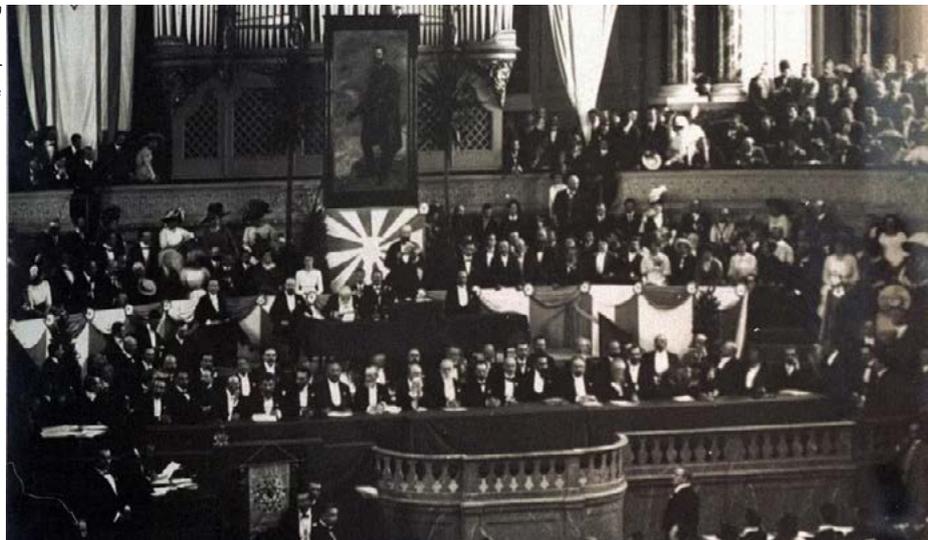
Palestinos era ser as vítimas das vítimas da história. De fato, embora, a ocupação e colonização de terras árabes pelo sionismo tenha começado antes, ganhou força na década de 1930, como o avanço do nazismo. Sob domínio dos britânicos e com o avanço rápido da colonização sionista, houve uma primeira reação em 1937 que ficou conhecida como a revolta Árabe, que chegou a controlar Jerusalém, Nablus e Hebron. Para reprimir essa revolta, as milícias sionistas e forças armadas britânicas atuaram em sintonia. O autor Rashid Khalid registrou que cerca de 10% dos homens adultos na Palestina foram mortos. O primeiro dos muitos massacres contra o povo palestino que marcam o avanço da colonização sionista das suas terras.

Mas foi a ONU que, em 1948, decidiu, em nome do direito internacional, que os Palestinos deveriam ceder cerca de metade das suas terras para a criação do Estado de Israel. Em 1948, quase a totalidade dos países africanos e grande parte dos asiáticos não haviam ainda conquistado sua independência, logo, essa ONU que cometeu tamanha injustiça foi basicamente branca, dominada pelos países do Norte, e, nesse caso, com um apoio incondicional da União Soviética, que acreditava que o Estado sionista tenderia a favorecer o campo socialista, em um contexto no qual os países árabes ainda estavam sob controle político de monarquias conservadores, aliados do Ocidente.

Essa decisão da ONU, em um momento em que o Brasil estava na presidência da Assembleia Geral (AGNU), com a figura muito respeitada em Israel, Osvaldo Aranha, só foi possível porque o mundo havia assistido ao Holocausto, um crime não só contra o povo judeu, mas contra a humanidade. Isso criou uma massa crítica ideológica e política para atender o pleito dos sionistas. Há, porém, uma coisa fundamentalmente errada: o crime foi cometido na Europa, por europeus (nazistas e seus colaboradores ativos e passivos), mas quem teve de se sacrificar foi o povo palestino!

Logo, os árabes não tinham por que aceitar essa divisão e tentaram, com a força militar impedir, em vão, a instalação do Estado de Israel. Isso resultou em uma destruição massiva dos povoados palestinos e um êxodo forçado, conhecido como o Nakba (em português, a catástrofe), em 1948. A ONU entrou para aliviar o sofrimento ao instalar o primeiro grande programa de apoio aos refugiados na sigla inglesa: UNRWA, que até hoje é

Reprodução



PLANEJADO - O primeiro Congresso sionista, em agosto de 1897. Theodor Herzl escreveu: "Na Basileia eu fundei o Estado judaico"

o maior programa para apoio a refugiados. A grande maioria da população em Gaza tem status de refugiada e, desde então, a política social e educacional nos campos de refugiados é organizada e mantida pela ONU. Um trabalho importante, essencial e louvável, mas que não deixa de legitimar a colonização das terras palestinas e a expulsão da sua população.

Passaram-se mais três guerras: em 1956, quando Israel ajudou as forças britânicas e francesas contra o Egito do Gamal Abdel Nasser (1954-1970); em 1967 e 1973, quando Israel resistiu, com o apoio dos EUA, à ofensiva das forças armadas dos países árabes lideradas por Egito e Síria. O Estado de Israel se tornou o maior aliado dos EUA em apoio militar e político desde então. Era, e continua sendo, um pilar fundamental para exercer a hegemonia estadunidenses em uma região que concentra mais da metade das reservas mundiais de petróleo. Ao mesmo tempo, o lobby sionista nos EUA tinha se tornado mais poderoso, com enorme capacidade de influenciar a política, a mídia e a academia no país. Foi a partir da guerra de 1967 que Gaza, Cisjordânia e Golã passaram a ser militarmente

ocupadas por Israel. Os primeiros dois territórios deveriam, junto com Jerusalém Oriental, ser a base de um Estado Palestino. Na década de 1970 e 1980, assistimos a várias ações da própria OLP, que então era caracterizada pelos aliados de Israel como organização terrorista.

Mas, na década de 1960 e 1970, pós-descolonização, a Assembleia Geral da mesma ONU (AGNU) começou a ser palco de contestação contra a negação dos direitos dos palestinos. Os povos recém-descolonizados, que hoje chamamos o "Sul Global", se identificaram com a luta dos palestinos, e, de lá para cá, assistimos a várias resoluções aprovadas na Assembleia Geral (com a maioria dos votos) e vetadas no Conselho de Segurança (pelo veto dos EUA) em defesa dos Palestinos e contra a ocupação ilegal da Cisjordânia e Gaza. Houve no início da década de 1970 inclusive a aprovação da resolução da AGNU que classificou o sionismo como forma de racismo. Resolução que foi revogada no início da década de 1990. Mas Israel nunca se preocupou com isso e sabe que pode esticar a corda quanto quiser, que os EUA até podem ficar constrangidos, mas nunca vão deixar de

apoá-los.

Ou seja, a ONU ganhou um segundo papel no conflito: além de aliviar o desastre humano, se tornou um palco de contestação, porém, sem efeito prático. A solução não virá, portanto, da ONU, que foi ator principal do pecado, conforme explicado, e continua refém dos interesses hegemônicos dos EUA e seus aliados. Isso não significa que não seja importante usar o espaço para disputar a narrativa política e muito menos negar a importância das ações humanitárias.

A situação parecia estar em um impasse, até que, em 9 de dezembro de 1987, as populações de Gaza, e sobretudo, da Cisjordânia, resolveram enfrentar a força militar israelense com a cara e coragem, tendo como única arma as pedras da sua terra no que ficou conhecida como a Intifadah. Difícil caracterizar a população inteira como terrorista. Houve mudanças na opinião pública na Europa, no contexto do fim da guerra fria, e nesse processo, a própria OLP reconhece na prática a existência do Estado de Israel, abraçando então o projeto da ONU da solução de dois Estados. Isso culminou nos famosos acordos de Camp David, em 1992, mediados por Bill Clinton. Ou seja, a OLP fez todas as concessões básicas, abriu mão da luta armada e muitos imaginavam que se havia chegado a uma solução pacífica com o reconhecimento dos direitos mínimos dos palestinos. Doce ilusão. O que ficou claro de lá para cá é que o Estado de Israel nunca levou a sério e nunca iria aceitar a criação de um Estado Palestino. Partiu para uma ofensiva pra inviabilizar essa solução ao estimular ocupações ilegais da Cisjordânia por colonos sionistas e separar a relação entre Cisjordânia e Gaza. Houve incentivos claros para inflamar as tensões

entre a Autoridade Palestina, das forças da OLP na Cisjordânia e do Hamas em Gaza. Ou seja, houve uma anexação de fato de parte importante do território na Cisjordânia, nas terras mais férteis e com controle das águas subterrâneas.

A dupla Trump e Netanyahu, com Bolsonaro dando sua contribuição, partiu para uma nova fase: apagar o conflito. Negar o status de refugiados, questionar a legitimidade da UNRWA e tirar o assunto da pauta. Para

"O QUE ACONTECEU EM OUTUBRO, 50 ANOS APÓS A INVASÃO DO SINAI, FOI UMA REAÇÃO AO PROCESSO DE ANEXAÇÃO E AO APAGAMENTO DA QUESTÃO PALESTINA"

isso, precisava do apoio das lideranças árabes. Trump foi para a ofensiva para convencê-los a reconhecer o Estado de Israel e fazer acordos de cooperação. Estes ganharam o nome de "Acordos de Abrahão". No caso do Marrocos, por exemplo, este ganhou em troca o reconhecimento por parte dos EUA do seu direito soberano sobre o Sahara Ocidental. Nesses Acordos de

Abrahão não estava o nenhum compromisso por parte de Israel com os palestinos. Até que foi servido o filé mignon: o reconhecimento do Estado de Israel pela Arábia Saudita, país sede de Meca e centro da religião islâmica, em particular do sunismo, a vertente do Islam majoritária entre os palestinos. Fazia muito tempo que esta monarquia conservadora apoiava na prática os interesses dos EUA e Israel na região, mas, da boca para fora, se mantinha solidário com o povo palestino. Ela assumiu, então, de vez, sua posição.

O que aconteceu no mês de outubro de 2023, 50 anos após a invasão do Sinai pelas forças de Egito na Guerra de Outubro de 1973, foi uma reação a esse processo de anexação de fato da Cisjordânia e ao apagamento da questão palestina de vez da agenda política internacional. O terror contra o povo palestino não começou em 7 de outubro, mas ganhou novamente visibilidade perante a opinião pública. E por mais que os líderes árabes tenham tentado durante anos se distanciar do problema, suas populações reagiram em massa obrigando-os a se posicionarem novamente, pelo menos no discurso. Na Europa assistimos à volta dos movimentos de solidariedade com o povo de palestino, visivelmente liderado por membros das comunidades provenientes de países do Sul Global, seja na primeira, segunda ou terceira geração. O conflito ganhou a cara que tem: uma herança do colonialismo e imperialismo ocidental. Não sabemos como essa fase do conflito vai terminar, mas é certo que a tentativa de apagar o povo palestina foi derrotado.

Professor de Relações Internacionais e Economia da Universidade Federal do ABC (UFABC) e membro do Observatório da Política Externa e da Inserção Internacional do Brasil (OPEB).



MINHA CASA, MINHA VIDA PODE SE ESTENDER PARA FAMÍLIAS COM RENDA DE ATÉ R\$ 12 MIL

Ministro das Cidades estuda maneiras de ajudar o financiamento de imóvel urbano para a classe média com juros mais baixos e maior prazo

O governo federal deve estender o Minha Casa Minha Vida para mais uma faixa da renda para famílias cuja renda bruta mensal seja de até R\$ 12 mil. Hoje, o programa de financiamento da casa própria atinge três faixas de renda: até R\$ 2.640; entre R\$ 2.640,01 a R\$ 4,4 mil e entre R\$ 4.400,01 a R\$ 8 mil.

A possível extensão para essa chamada Faixa 4 foi anunciada nesta semana, na live semanal do presidente Lula em diálogo com o ministro das Cidades Jader Filho. O projeto já havia sido mencionado por Lula em junho deste ano. "Nós precisamos fazer

não apenas o Minha Casa, Minha Vida para as pessoas mais pobres. Precisamos fazer o Minha Casa, Minha Vida para a classe média", afirmou o presidente em entrevista.

Nesta semana, Lula cobrou de Jader Filho que avançasse no tema: "Nós queremos, inclusive, Faixa 4. Nós queremos que pessoas que queiram casa de três quartos, quatro quartos, possam ter uma casa financiada pelo governo", declarou Lula.

Jader Filho disse que a proposta já está em estudo: "Estamos conversando com a Caixa, discutindo para a gente poder fazer uma faixa estendida até R\$ 12 mil e discutindo também com

com a Casa Civil". O ministro ainda afirmou: "Prometo que no próximo encontro que eu estarei aqui, já vou trazer essa novidade boa. De fato, nós precisamos atender a um maior número de famílias."

O governo federal pretende que até 2026 sejam atendidas 2 milhões de famílias, de acordo com o documento com as novas regras do Minha Casa, Minha Vida publicadas em abril. Para a faixa 4, vigoraram as mesmas regras que se aplicam para a faixa 3, ou seja, a família paga 100% do imóvel e não há subsídio, mas sim uma garantia de juros mais baixos e no prazo maior de parcelamento.●



VACINA ANTINEGACIONISMO

O negacionismo levanta voz contra as vacinas mais uma vez. Fraco no passado, movimento anti-vax tem ganhado cada vez mais destaque com apoio de disparos de notícias falsas

Isaías Dalle

O Ministério da Saúde anunciou que vai incluir no calendário permanente de vacinação o antígeno contra a Covid-19 em 2024. Crianças de seis meses a cinco anos de idade, pessoas portadoras de comorbidades e idosos vão receber essa vacina como parte do Programa Nacional de Imunização (PNI), entre outras 48 vacinas do programa.

Bastou a ministra Nísia Andrade anunciar que a vacina contra a Covid vai entrar no calendário oficial para que parlamentares da oposição protocolassem um requerimento para que ela vá ao Congresso se explicar. A audiência tem data prevista para o próximo dia 28

A grita de parlamentares e bolsonaristas inclui desde uma suposta arbitrariedade do governo em relação à obrigatoriedade da vacina bem como a disseminação de fake news con-

tra "terríveis males" que vacinas poderiam causar às crianças. Enquanto não se descobre uma vacina de efeito rápido contra o negacionismo e a ignorância, o ministério vai atuar em outra frente. Com a criação do programa Saúde com Ciência, iniciado em outubro, uma campanha de combate a desinformação e mentiras vai tentar aplacar o movimento antivacina, com a ajuda de peças publicitárias e um site dedicado a desmascarar fake news.

O movimento antivacina parece incansável. Pesquisa divulgada pelo Ministério da Saúde, também em outubro, mostra a intensa atividade dos negacionistas nas redes sociais. Entre os meses de julho e setembro deste ano, mapeamento diário das mídias sociais e plataformas digitais identificou mais de 6,8 mil conteúdos com desinformação sobre vacinas, impactando mais de 23,3 milhões de pessoas. Esse monitoramento das redes, feito com o apoio da Fiocruz, apontou também quais as mentiras mais frequentes:

- vacinas contra Covid-19 são experimentos e não têm comprovação científica;
- vacinas causam doenças, como câncer, Aids ou diabetes;
- vacinas de Covid-19 causam modificações na corrente sanguínea ou no DNA;
- após aplicação das vacinas, a população passa a ter um chip no corpo;
- número de mortes por Covid-19 foi falsificado para assustar a população e aplicar vacina experimental;
- Bill Gates participou da criação do vírus em laboratório, com a intenção de espalhar a vacina, cujo objetivo final é exterminar os mais pobres.

O maior dano causado por tais boatos sem nenhuma referência em dados ou evidências se dá no mundo real. A taxa de vacinação no Brasil continua bastante baixa. Até o mês de julho, segundo o Ministério, apenas 13% da população havia recebido a chamada vacina bivalente, a quinta dose oferecida. Entre as crianças de seis meses a cinco anos, a taxa daquelas que haviam tomado pelo menos duas doses era ainda menor: 11,4%.

No caso das três primeiras doses, a taxa de vacinados era um pouco maior até o final de 2022, tendo chegado a 58,46% da po-



AMEAÇA ÀS CRIANÇAS -Até julho, a taxa de crianças de seis meses a um ano que haviam tomado pelo menos duas doses era de 11,4% do total

pulação. Ainda assim, bastante baixa. Presume-se que a menor letalidade da Covid observada a partir daquele ano, embora possa ser creditada justamente à imunização, tenha afastado ainda mais as pessoas das filas para tomar vacina.

Ainda que com taxas abaixo do ideal, é a vacinação que tem garantido o número reduzido de mortes, mesmo quando o número de infectados sobe, como aconteceu recentemente no país. O mais recente boletim Infogripe, da Fiocruz, sobre casos de síndrome respiratória aguda (SRAG), divulgado no dia 9 de novembro, aponta um quadro de aumento de internações semanais associadas à Covid-19 na Bahia, acompanhando o crescimento já verificado nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. Cerca de 15% desses novos casos de internação referem-se a crianças entre zero e quatro anos de idade. Antes da ampliação das taxas de vacinação da população adulta, crianças nessa faixa etária respondiam por cerca de 1% dos

casos, segundo a Fiocruz.

De acordo com o coordenador do Infogripe e pesquisador do Programa de Computação Científica da Fiocruz, Marcelo Gomes, a maior imunização dos adultos torna o público infantil o novo alvo preferencial do vírus mutante. "Por isso, é tão importante vacinarmos nossas crianças pequenas. É algo similar ao que vemos na própria gripe, por exemplo", disse ele.

Diante das reações ao anúncio de que a vacina vai fazer parte do calendário de vacinações, o Ministério se prepara para ampliar o convencimento de pais e responsáveis. Parte do projeto Saúde com Ciência é resultado de um acordo feito com grandes plataformas digitais, como Google e Meta. Ao digitar a palavra "vacina" nas ferramentas de pesquisa, por exemplo, os internautas vão receber, em primeiro lugar na lista de respostas, material oferecido pelo Ministério da Saúde. A campanha pretende envolver outras pastas do governo, como a Secretaria de Comunicação e o Ministério da Justiça.



OPOSIÇÃO QUER BOICOTAR VACINAÇÃO DE CRIANÇAS CONTRA COVID

Inclusão de vacinas contra covid para crianças de até cinco anos no Programa Anual de Imunização do Ministério da Saúde para 2024 revive o pesadelo negacionista antivacina da pandemia; Nísia Trindade é convocada para esclarecimentos

Uma nova onda de negacionismo tomou as redes desde que o Ministério da Saúde incluiu a obrigatoriedade da vacina para crianças até cinco anos no Programa Nacional de Imunização de 2024. Na última semana, deputados bolsonaristas lotados na Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados conseguiram aprovar a convocação da ministra da Saúde, Nísia Trindade, para audiência sobre a vacinação a ser realizada em 28 de

novembro.

Entre os deputados que assinaram o pedido estão políticos que se notabilizaram por declarações contra as vacinas e que minimizar os perigos da covid 19, como os deputados Eduardo Bolsonaro (PL-SP), Nikolas Ferreira (PL-MG), Bia Kicis (PL-DF) e Carlos Jordy (PL-RJ). Outros apoiadores do ex-presidente Bolsonaro, que não hesitaram em propagar fake news a respeito das vacinas durante os piores momentos da pandemia, como Osmar Terra, Janaína Paschoal,

Gustavo Gayer, também se manifestaram nas redes sociais contra a vacinação de crianças.

O arsenal de argumentos também segue inalterado: para os negacionistas, a vacina contra covid ainda não teria sido suficientemente testada para se aplicada em bebês e crianças ou representaria riscos demasiados de efeitos colaterais. Em outra linha de justificativas, alegam que bebês e crianças não “precisariam” da vacina, uma vez que, caso contaminados, não desenvolveriam os sintomas mais gra-

ves da doença.

Por fim, também tentam classificar a vacinação como um “perigo para as famílias”. De acordo com Eduardo Bolsonaro, a obrigatoriedade é “um ataque frontal contra a família”. “Nunca um ataque foi tão frontal contra a família e a liberdade geral. Se executada mesmo esta política em 2024, para picar bebês de 6 meses de vida (...) estará aberta a porteira para absolutamente qualquer coisa, bastando apenas uma desculpa para deixar sem ação parte da população.”.

Mesmo depois da longa CPI da covid, que concluiu pelo descalço do governo de Jair Bolsonaro na pandemia e pediu seu indiciamento por crime contra a humanidade, o discurso do bolsonarismo radical ainda apresenta se mostra impermeável à racionalidade, às evidências científicas e adesão da maioria da população à vacinação e aos programas de imunização. Pesquisa recente conduzida pela Rede de Pesquisa Solidária e pela USP revelou que 98% dos pais e mães de filhos menores de 14 anos são favoráveis à vacinação de seus filhos. Além disso, mais de 83% dizem que já levaram seus filhos para serem vacinados.

Ainda assim, os números indicam que a vacinação infantil contra a covid ainda está abaixo do esperado. Segundo o boletim Observa Infância, produzido pelo Icict (Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde), da Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz), só 11,4% das crianças abaixo de cinco anos apresentam o esquema vacinal completo, o que equivale a pouco mais de 5,29 milhões de crianças imunizadas. A população estimada no país para 2023, nesta faixa etária, é de 13.122.252 crianças. E, ao contrário do que propala o bolsonarismo negacionistas, a co-

vid tem um alto risco nas crianças menores.

O pesquisador do Icict e coordenador do Observa Infância, Cristiano Boccolini, aponta o negacionismo e os movimentos antivacina entre os responsáveis pela baixa cobertura vacinal nessa faixa etária: “Existe uma potencialização do movimento antivacina, que ganhou espaço e voz, inclusive com um ex-presidente que liderava o movimento e um ministro da Saúde que colo-

PARA OS NEGACIONISTAS, A VACINA CONTRA COVID AINDA NÃO TERIA SIDO SUFICIENTEMENTE TESTADA PARA SER APLICADA EM BEBÊS E CRIANÇAS

cou várias restrições à vacinação, uma falsa sensação de segurança dos pais que as crianças seriam menos atingidas por Covid e o medo de efeitos colaterais. Tudo isso prejudica a vacinação. “Foi veiculado que criança não morria ou não pegava Covid, mas isso não é verdade. O que infelizmente observamos é que nos dois primeiros anos da pandemia morreram cerca de duas crianças por dia com menos de cinco anos por Covid”

A inclusão da vacina contra a covid no calendário obrigatório de imunização a partir de 2024 foi medida tomada em consonância com as recomendações da OMS (Organização Mundial da Saúde) no último dia de outubro, de acordo com a secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde, Ethel Maciel. “Alinhados com a recomendação da Organização Mundial da Saúde recente, a gente passa a incorporar a dose no calendário anual de vacinação para grupos prioritários. Aqui no Brasil, ampliamos um pouco o grupo que a OMS recomenda, que é mais restrito. Vamos, na campanha de 2024, manter os mesmos grupos de 2023. Essas são as duas mudanças fundamentais”, explicou.

Além das crianças até 5 anos, fazem parte do grupo prioritário idosos, imunocomprometidos, gestantes, puérperas, trabalhadores da saúde, pessoas com comorbidades, indígenas, ribeirinhos, quilombolas, pessoas vivendo em instituições de longa permanência e seus trabalhadores, pessoas com deficiência permanente, privados de liberdade maiores de 18 anos, adolescentes e jovens cumprindo medidas socioeducativas, funcionários do sistema penitenciário e pessoas em situação de rua.

Pessoas que não estejam em nenhum dos grupos prioritários poderão tomar a vacina, depois que forem atendidos os mais vulneráveis. De acordo com Esther Maciel, desde que a vacinação contra covid foi iniciada em 2021, os dados apontam sua eficiência: “Temos já elementos muito robustos e contundentes que indicam a segurança e a efetividade da vacina. No Brasil, tínhamos 4 mil pessoas morrendo todos os dias por Covid. Hoje, temos 42. Essa é a maior prova da efetividade da vacina.”



LARGADA DE ÊXITO - Segundo o ministro da Casa Civil, Rui Costa, o PAC Seleções havia recebido mais de 25 mil inscrições até a sexta. Para esta fase, estão previstos R\$ 65,2 bilhões em investimentos

ENCERRADAS AS INSCRIÇÕES DE PROPOSTAS PARA O NOVO PAC

Governo federal chegou a prorrogar o prazo de inscrições até domingo (12). Até o dia 10, mais de 25 propostas haviam sido inscritas

No último domingo, o governo Federal encerrou as inscrições da primeira etapa do novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Seleções. Nesta primeira fase, foram recebidas propostas para o Educação, Ciência e Tecnologia.

Para esta fase, estão previstos R\$ 65,2 bilhões em investimentos. O edital do PAC Seleções foi aberto em 9 de outubro para receber as propostas dos governadores e prefeitos. A segunda

etapa, com mais R\$ 70,8 bilhões, deverá ser lançada no início de 2025.

O programa visa atender os projetos prioritários apresentados por prefeitos e governadores em áreas essenciais como saúde, educação, infraestrutura social e urbana e mobilidade. Segundo o ministro da Casa Civil, Rui Costa, o PAC Seleções havia recebido mais de 25 mil inscrições até a sexta, prazo inicial para estados e municípios inscreverem suas propostas.

“Vamos colocar a mão na

massa, tratar essas informações, para que a gente possa divulgar e começar a chamar os prefeitos e governadores para iniciar os convênios e contratos e iniciar, posteriormente, as obras”, afirmou em entrevista à imprensa.

Ainda segundo o ministro, todos os governadores enviaram propostas e grande parte dos municípios brasileiros, quase 100% com pelo menos alguma proposta. Segundo ele, mais de 25 mil propostas já foram cadastradas no sistema, mas muitas (cerca de 34%) ainda estão pen-

dentos de documentação para serem, de fato, enviadas ao governo federal.

Além da forte parceria entre governo federal e setor privado, o programa traz uma participação essencial de estados, municípios e movimentos sociais, com foco na geração de emprego e renda, redução das desigualdades sociais e regionais e compromisso com a transição ecológica, a industrialização, o crescimento com inclusão social e sustentabilidade ambiental.

Para alcançar esses objetivos, o Novo PAC foi organizado por meios de Medidas Institucionais que facilitarão o destino de recursos para nove Eixos de Investimento.

Além dos valores já garantidos, há a possibilidade de ampliação de recursos por meio de emendas parlamentares. “Os parlamentares, senadores e deputados, que nós queremos muito que eles façam emendas direcionadas a essas áreas estratégicas, eles podem aumentar o número de unidades atendidas, mas o PAC Seleções não está dependendo da sua execução, nos parâmetros que nós divulgamos, das emendas”, disse o ministro Rui Costa

A prioridade na seleção será para localidades com vazios assistenciais e onde forem identificadas mais carências dentro de cada modalidade. As obras devem ser iniciadas a partir de março do ano que vem, após os processos de escolha dos projetos e licitação. Os projetos serão distribuídos em 27 modalidades e executados pelos ministérios das Cidades, da Saúde, Educação, Cultura, Justiça e Segurança Pública e Esporte.

Na área de infraestrutura urbana, a seleção será para projetos de urbanização de favelas, regularização fundiária, abastecimen-

Ricardo Stuckert



to de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos, mobilidade urbana e prevenção a desastres naturais. Na saúde, serão aceitas propostas para a implantação de policlínicas, unidades básicas de saúde (UBSs), centros de parto normal e centrais do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), entre outros. Já na educação, a seleção será para projetos de creches, escolas e ônibus escolares; no esporte, para espaços esportivos comunitários; na cultura, para projetos de patrimônio histórico e centros de artes e esportes unificados (CEUs); e na segurança, para a construção de Centros Comunitários pela Vida (Convive).

Com previsão total de R\$ 1,7 trilhão em investimentos públicos e privados, o Novo PAC foi lançado em agosto pelo presidente Lula. Além do edital Seleções, os municípios já estão contemplados com a retomada das obras paradas.

Os principais objetivos do programa são gerar emprego e renda, reduzir desigualdades sociais e regionais e acelerar o crescimento econômico. Segundo o governo, as ações do programa estão comprometidas com a transição ecológica, a neointustrialização, o crescimento com inclusão social e a sustentabilidade ambiental.

Foram disponibilizados R\$ 5,24 bilhões para a construção de escolas de ensino fundamental e médio em tempo integral. De acordo com o ministério, parte dessas unidades será dedicada a quilombolas e indígenas. A pasta disponibilizou ainda R\$ 3,25 bilhões para a construção de creches e pré-escolas, ampliando a oferta de vagas para crianças de zero a 5 anos e 11 meses.

Já para a aquisição de novos veículos de transporte escolar do Programa Caminho da Escola foram destinados R\$ 750 milhões, que serão aplicados em todas as etapas de ensino, em especial para alunos moradores da zona rural.

“Desse modo, os investimentos vão garantir mais segurança e conforto no traslado à escola, além de contribuir para a redução da evasão escolar dos estudantes das redes de educação básica em todo o país”, destacou a pasta.

Do total de recursos para o Novo PAC, R\$ 371 bilhões virão do Orçamento Geral da União. O setor privado entrará com R\$ 612 bilhões, as empresas estatais vão aportar R\$ 343 bilhões, especialmente a Petrobras, e mais R\$ 362 bilhões virão de financiamentos. A previsão é que R\$ 1,4 trilhão sejam aplicados até 2026 e o restante após essa data. •

NOVO FIES

O novo FIES

Cronograma

O que mudou

Como funciona

Legislação

LULA ABRE RENEGOCIAÇÕES DO FIES

‘Desenrola Educação’: agências da Caixa e do Banco do Brasil poderão receber quem quiser renegociar dívidas do Fies

Em mais uma medida para ajudar o povo brasileiro a quitar suas dívidas, o governo Lula abriu, nesta terça-feira (7), renegociações para quem está inadimplente com o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

Pelo menos 1,2 milhão de pessoas serão beneficiadas com a medida, que contempla estudantes com contratos celebrados até 2017 e com atrasos nos pagamentos até 30 de junho de 2023.

Quem se encaixa nesse perfil pode apresentar sua demanda de renegociação à Caixa ou ao Banco do Brasil até maio de 2024. Os descontos chegam a 99% (veja abaixo os canais de negociação).

“Se você tá devendo o Fies, está inadimplente, não se desespera. Você pode procurar a Caixa, o MEC e você vai cuidar de saldar sua dívida com muito desconto para que você volte a estudar”, disse o presidente Lula.

“Porque para nós o que é importante não é a sua dívida, o que é importante é que você volte a estudar pagando o mínimo necessário, porque nós sabemos que você precisa de ajuda e nós estamos aqui para te ajudar. Volte a estudar, tire seu diploma e nós ficamos muito agradecidos”, completou Lula, que também abordou o tema na live Conversa com o Presidente.

O ministro da Educação, Camilo Santana, esteve com o presidente Lula e representantes do Fundo Nacional de Desenvol-

vimento da Educação (FNDE), Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil para alinhar passo a passo a grande operação de renegociação, que chega ao valor estimado de R\$ 54 milhões.

Conforme o ministro, qualquer pessoa com contrato com o Fies, dentro dos prazos definidos, será beneficiada. A medida (Resolução 55) foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) na segunda-feira (6).

“As agências já estão preparadas para receber as mais de 1,2 milhão de pessoas que, agora, poderão renegociar seus débitos com condições facilitadas. Os descontos podem chegar a 99% do valor consolidado da dívida e a 100% dos juros e multas por atraso”, anunciou Camilo Santana. •



SEGURANÇA: RESPONSABILIDADE DE TODOS

Gilberto Palmares

Não dá para titubear. Melhorar a segurança pública e o direito de ir e vir da população pobre do estado do Rio de Janeiro é urgente e prioritário.

Responsável legal pela segurança pública, o governo estadual não consegue apresentar e implementar uma política efetiva de segurança. E, no que se refere ao papel historicamente desem-

penhado pelo poder público em relação às milícias, cabe lembrar que o fermento para a proliferação desses grupos criminosos que hoje oprimem e extorquem a população do Rio de Janeiro, indo das favelas e comunidades populares até bairros de classe média, foi o apoio de gestores públicos às milícias iniciais, apresentadas como grupos de moradores que forneciam a segurança que os agentes públicos não conseguiam garantir.

Nesse cenário, um parêntese

para repor uma verdade e fazer justiça a uma grande personalidade brasileira. Recentemente, em artigo publicado no jornal O Dia, o ex-governador Leonel Brizola, morto há mais de 20 anos, foi acusado de ter proibido a Polícia de atuar. Mentira!

Fui criado no Morro da Formiga. Quando adolescente e jovem testemunhei muitas vezes uma prática comum contra adolescentes e trabalhadores de comunidades populares. Em batidas policiais, esses trabalhadores eram

detidos e levados à delegacia apenas por não terem carteira de trabalho assinada. Foi essa prática, constrangedora e discriminatória, que Brizola passou a impedir.

Em 2008, como deputado estadual pelo PT-RJ fui relator da CPI das Milícias na Assembleia Legislativa do Estado (Alerj), CPI essa presidida por Marcelo Freixo. Na ocasião, o Relatório Final apontou uma série de propostas que, infelizmente, em sua maioria não foram implementadas.

Quinze anos depois, a situação se agravou e é preciso que toda a sociedade carioca e fluminense se una para colocar um fim a essa chaga.

Combater as milícias exige trabalho de inteligência. E exige a contribuição de vários atores. Ninguém controla grandes depósitos de gás, nem amplos serviços de internet, sem conhecimento das distribuidoras e das operadoras de telecomunicações.

É necessário, reafirmando a responsabilidade central e intransferível do governo estadual, tirar entidades empresariais da zona de conforto. Empresários, seguramente, não têm responsabilidade nem compactuam com o crime. Mas, muitas vezes, só assistem. É preciso que entidades patronais como Firjan e Fecomércio, entre outras, cumpram também seu papel.

Combater o poderio econômico das milícias exige que os empresários sejam instados a tomar atitudes para impedir ou dificultar que atividades econômicas importantes sejam impostas à população de forma irregular e com preços extorsivos.

Nesse sentido, apresento ao debate algumas propostas:

1. Garantir oferta de emprego a todos (as) os que saírem da prisão.

Reduzir a população carcerária

levantando situações de presos sem julgamento ou por crimes leves e não violentos. Adotar um sistema de humanização do sistema prisional tem impacto direto na redução de crimes e de pessoas cooptáveis pelo crime.

2. Melhorar o salário dos agentes e profissionais da segurança.

3. Valorizar o Fundo Estadual de Combate à Pobreza, rediscutindo prioridades. Com recursos do Fundo é possível garantir tarifa zero nos transportes a trabalhadores em auxílio desemprego e criar programa de oferta de estágios e cursos remunerados e/ou empregos a jovens e adolescentes das comunidades sob domínio miliciano.

É necessário reacender, de forma objetiva e concreta, esperanças nos jovens de que é possível melhorar sua qualidade de vida.

4. Guarda Municipal e Escolas Estado e municípios devem realizar convênios para que as Guardas Municipais, de forma efetiva, ajudem na orientação e com ações de inteligência e segurança nas portas e proximidades das escolas.

5. Empresas

Buscar empresas e entidades empresariais como Firjan, Fecomércio, Sebrae e outras, para que se situem como atores responsáveis e importantes, inclusive com propostas e ações para sufocar o poderio econômico das milícias.

6. Trabalhadores

Buscar ouvir os trabalhadores através de seus sindicatos.

7. Sistema Prisional

Respeitar a lei, garantindo controle de saúde e sanitário nas prisões. Grande número dos presos sofre e morre de tuberculose, sem assistência. Essa medida protege também aos presos não infectados, trabalhadores e agentes do sistema prisional.

ex-deputado estadual pelo PT-RJ, foi relator da CPI das Milícias

COMEÇA A 'GLO DO MAR'

Desde o dia 6 de novembro, 3,7 mil militares da Aeronáutica, do Exército e da Marinha passaram a atuar em ações de combate ao crime em três portos e dois aeroportos dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, bem como no Lago de Itaipu. O objetivo é prevenir e reprimir o tráfico de drogas e de armas e outros tipos de crimes.

A instituição da Garantia da Lei e da Ordem (GLO) e atuação das Forças Armadas nos portos e aeroportos foram autorizadas por meio do Decreto nº 11.765, assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelos ministros José Múcio Monteiro (Defesa) e Flávio Dino (Justiça e Segurança Pública).

Nas últimas semanas, foi registrada uma escalada de violência. No Rio de Janeiro, por exemplo, criminosos queimaram 35 ônibus e até uma cabine de trem, provocando o caos em sete bairros da zona oeste da capital fluminense, depois de um líder miliciano ter sido morto em uma operação da Polícia Civil. A atuação de militares em ações preventivas e repressivas ocorrerá nos portos de Santos (SP), do Rio de Janeiro (RJ) e de Itaguaí (RJ); bem como nos aeroportos de Guarulhos (SP) e Tom Jobim (RJ).

O decreto estabelece que Exército e Aeronáutica devem incrementar as operações que já realizam ao longo das fronteiras brasileiras. A Marinha deve fortalecer as ações preventivas e repressivas nas baías de Guanabara e de Sepetiba, ambas no Rio de Janeiro; nos acessos marítimos ao Porto de Santos e na porção brasileira do Lago de Itaipu.

AUXÍLIO A PESCADORES DO NORTE

Pescadores afetados pela seca severa que se abate sobre a região eceberão auxílio de R\$ 2.640 em parcela única

Com informações da Agência Estado

O governo federal vai pagar um auxílio extraordinário de R\$ 2.640 para pescadores artesanais beneficiários do seguro-defeso cadastrados nos municípios da Região Norte em situação de emergência por causa da seca.

O pescador terá direito mesmo que seja titular de outros benefícios assistenciais ou previdenciários ou de outro benefício de qualquer natureza. O auxílio será pago em parcela única.

Os ministérios da Pesca e Aquicultura e da Previdência Social vão regulamentar a medida provisória (MP) publicada em edição extra do Diário Oficial da União na última quarta-feira (1º), com os procedimentos necessários para que o pagamento seja feito.

A estimativa é de sejam atendidos pescadores profissionais artesanais de 94 municípios da região definida na MP.

O apoio do governo federal para combater a crise hídrica no Amazonas já soma R\$ 627 milhões, o que não inclui o seguro-defeso para os pescadores e outros auxílios emergenciais.

A estiagem prolongada colocou diversas comunidades em situação de fragilidade, devido às dificuldades de abastecimento que estão enfrentando. Essa operação é muito importante por trazer uma resposta imediata e ajudá-los a superar esse momento de dificuldade”, disse o



AMAZONAS EM CHMAS - seca que atinge o Amazonas já afeta 633 mil pessoas. 59 cidades estão em situação de emergência

capitão de fragata Ricardo Sampaio Bastos, capitão dos Portos de Tabatinga.

Seca no Amazonas afeta mais de 630 mil pessoas

A seca que atinge o estado do Amazonas já afeta 633 mil pessoas, segundo boletim divulgado pela Defesa Civil do estado na tarde desse domingo (22). Das 62 cidades do estado, 59 estão em situação de emergência por causa da estiagem. O município de Canutama está em estado de alerta e apenas nos municípios de Presidente Figueiredo e Apuís a situação é de normalidade.

De acordo com a Defesa Civil, 158 mil famílias foram afetadas pela seca deste ano. Em razão da estiagem, o governador Wilson Lima decretou, em setembro, situação de emergência em 55 dos 62 municípios do estado.

A estiagem causa efeitos em praticamente todo o Amazonas. De acordo com o último boletim

do governo estadual, divulgado nessa sexta-feira (20), 59 dos 62 municípios amazonenses estão em situação de emergência. Um está em alerta e dois em normalidade. Ainda segundo o boletim, 146 mil famílias foram afetadas, o que representa 590 mil pessoas.

No período de janeiro a 21 de outubro foram registrados 17.691 focos de calor no Amazonas. Somente em outubro, até o momento, foram 3.060 focos, mais do que o dobro do mesmo período do ano passado, quando foram notificados 1.200.

Em Manaus, a seca é a pior registrada em 121 anos. A cota do Rio Negro, nesta segunda-feira, está em 12,89m, a menor registrada desde 1902, quando começaram as medições do volume do rio. O recorde de alta já medido foi de 30,02 metros em 16 de junho de 2021.

Em outubro do ano passado, o governo federal disponibilizou cerca de R\$ 100 milhões para

ações emergenciais de dragagem de trechos do rio em pontos críticos, próximos à cidade de Itacoatiara e Manaus. A região tem cerca de 2,3 milhões habitantes e o objetivo é evitar o desabastecimento de itens básicos. O Ministério dos Portos e Aeroportos informou que os órgãos competentes já deram início aos trâmites para a contratação emergencial da dragagem, que deverá começar nos próximos dias, ainda nesta segunda quinzena de outubro.

“As embarcações que operam no terminal graneleiro (Hermosa Itacoatiara/grãos) e nos principais terminais de contêineres da Zona Franca (Chibatão e Superterminais) estão com capacidade reduzida. A dragagem vai impedir impactos no valor do frete e no prazo para disponibilização de produtos que são escoados pelas hidrovias do Arco Norte”, informou a pasta.

Também no mês passado, a Marinha, por meio do Navio de Assistência Hospitalar Soares de Meirelles, em ação conjunta com o Exército e autoridades locais, distribuiu mais de 6 mil cestas básicas e 1,1 mil caixas de água mineral em municípios da região do Alto Solimões. A distribuição começou pelo município de Tabatinga, perto da fronteira com a Colômbia e o Peru. o presidente Luiz Inácio Lula da Silva conversou, por telefone, com o presidente da Colômbia, Gustavo Petro. Os dois chefes de Estado abordaram o tema da seca que atinge a Amazônia.

Segundo a Marinha, o navio é “o principal meio de transporte para distribuição de cestas básicas e suprimentos essenciais na região”. A embarcação deve percorrer 1.350 quilômetros, incluindo os municípios de Benjamin Constant, Atalaia do Norte, Amaturá, Santo Antônio do Içá e Tonantins.

STF ADIA MAIS UMA VEZ A CONDENAÇÃO DO TORTURADOR USTRA

Processo que tem Brilhante Ustra - morto em 2015 - como réu, começou em junho. Vítimas pedem indenização de R\$100 mil

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) adiou mais uma vez julgamento de um recurso para restabelecer a condenação do ex-coronel do Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra a indenizar a família do jornalista Luiz Eduardo Merlino, assassinado em julho de 1971, durante a ditadura militar.

A previsão era de que julgamento do processo seria retomado nesta terça-feira (7) pela Quarta Turma do tribunal, mas não foi julgado em função de outros processos que tinham preferência de pauta.

O caso começou a ser julgado em junho deste ano, quando foi formado placar de 1 a 1, mas vem sofrendo sucessivos adiamentos.

O colegiado analisa a legalidade da decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) que derrubou a decisão de primeira instância que condenou os herdeiros de Ustra a pagarem R\$ 100 mil para a viúva do jornalista, Ângela Mendes de Almeida, e a irmã dele, Regina Almeida, além de reconhecer a participação do então coronel nas sessões de tortura que mataram o Luiz Eduardo Merlino.

Nas primeiras sessões para julgamento do processo, o relator, ministro Marco Buzzi, votou pela anulação da decisão do tribunal paulista e determinou que

a primeira instância julgue o caso novamente o caso.

Buzzi entendeu que os crimes atribuídos a Ustra podem ser considerados contra a humanidade. Dessa forma, a pretensão de reparação às vítimas e seus familiares não prescreve.

Em seguida, a ministra Maria Isabel Galotti votou para manter a decisão da justiça paulista que considerou o caso prescrito. Faltam mais três votos para finalização do julgamento. Integrante do Partido Operário Comunista na época da ditadura militar, Merlino foi preso em 15 de julho de 1971, em Santos, e levado para a sede do DOI-Codi, onde foi torturado por cerca de 24 horas e morto quatro dias depois.

O coronel de Bolsonaro

Em 2016, ao declarar o seu voto no processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, o deputado federal Jair Bolsonaro (PSL) fez uma homenagem à memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra chamando-o de “o pavor de Dilma Rousseff”, por ter comandado as sessões de tortura contra a ex-presidenta, que foi presa durante a ditadura militar.

Quando morreu, em outubro de 2015, o coronel Ustra morava em uma casa de alto padrão em uma área nobre de Brasília. Ustra nunca pagou por seus crimes.●

DE OLHO NO MUNDO DO TRABALHO

Ana Flávia Marques estreia coluna na Focus Brasil com proposta de cobertura de pautas trabalhistas

Ana Flávia Marques

Inauguramos essa coluna para contribuir com informações pontuais sobre o mundo do trabalho como um pequeno apoio para olharmos mais sobre esse tema que está - literalmente - na vida da imensa maioria das pessoas.

Você verá por aqui assuntos como mobilizações de categorias, reflexões sobre as formas de representações, falas de lideranças e os desafios que advêm das transformações do trabalho e que vão compor um quadro de indícios que podem ser aprofundados posteriormente.

Para começar...

Quando nos referirmos aqui sobre o conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras será no sentido de a-classe-que-vive-do-trabalho, como explicitado por Ricardo Antunes, professor da Unicamp.

Isso porque há diversas nomenclaturas como empreendedor, trabalhador autônomo, trabalhador liberal, enfim, títulos que esmaecem a percepção e os laços entre a própria classe trabalhadora.

Fagulhas de esperança

Quando a-classe-que-vive-do-trabalho se movimenta, a esperança aumenta

Depois de seis semanas de mobilização e negociação...

O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e a direção da Volks -

Fábrica Anchieta fecharam um acordo que prevê investimento em uma nova plataforma na planta Anchieta para produção de dois carros híbridos a partir de 2027, a criação de novos postos de trabalho na engenharia e desenvolvimento de produtos para ampliação da motorização híbrida e a efetivação de 150 trabalhadores com contratos temporários (contratados em maio e setembro).

Em Minas Gerais...

Funcionários públicos estão mobilizados contra a proposta de Regime de Recuperação Fiscal do governador Romeu Zema que tenta congelar os salários por pelo menos nove anos, a suspensão da realização de concursos públicos e a privatização de estatais. A medida é compreendida com um "Teto de Gastos" que tem sido utilizado como desculpa para pagar a dívida que o estado tem com a União, de aproximadamente R\$160 milhões. As mobilizações resultaram na formação de uma Frente Mineira em Defesa dos Serviços Públicos que reúne 25 sindicatos e parlamentares e tem como calendário o Dia Estadual de Lutas no próximo dia 14/11 e debate sobre a Universidade Estadual de Minas Gerais na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

E também em Hollywood...

Depois de 118 dias de greve, o Sindicato dos atores de

Hollywood, SAG-AFTRA, anunciou nesta semana o acordo com a aliança de produtores, a AMPTP. Faz parte do pacto "aumentos salariais acima da média", a inclusão de termos de consentimento e compensação para proteger os atores de recursos de inteligência artificial e ainda estabelece pagamentos de bônus em casos de participação em streaming.

De acordo com o Sindicato dos Atores, um dos pontos que houve muito debate foi justamente em torno do uso de Inteligência Artificial, a chamada IA Zumbi, que é como chamam a tecnologia que permite usar imagens de pessoas que já morreram, como no caso usado pela Volks no comercial que "reviveu" a cantora Elis Regina. Outro recurso de IA debatido foi a chamada Frankenstein, que utiliza parte do corpo de atores para criar uma pessoa que não existe.

O tema do uso das tecnologias de informação e comunicação que já é presente em negociações, deve ser cada vez mais frequente em acordos e discussões sobre os direitos dos trabalhadores.

Tem algum assunto que gostaria de ver aqui na coluna? Envie uma mensagem para ana-flaviamarx@gmail.com

Ana Flávia Marques (Marx) é diretora do Instituto Lula e pesquisadora do Centro de Pesquisa em Comunicação de Trabalho da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. É também doutoranda, mestre em ciências da comunicação e especialista em gestão de comunicação e marketing pela ECA-USP.



Marcello Casal Jr./Agência Brasil/Arquivo

PELO QUARTO MÊS SEGUIDO, TAXA MÉDIA DE JUROS TEVE QUEDA

Taxa alcançou 30,5% ao ano em setembro, redução de 0,2 ponto percentual no mês. Dados são das Estatísticas Monetárias e de Crédito do Banco Central

Agência Brasil

Pelo quarto mês seguido, a taxa média de juros das concessões de crédito teve queda, desacelerando em 12 meses, segundo as Estatísticas Monetárias e de Crédito divulgadas nesta terça-feira (7) pelo Banco Central (BC). A taxa, considerando o conjunto dos recursos livres e direcionados, alcançou 30,5% ao ano em setembro, redução de 0,2 ponto percentual no mês.

O pico dos juros aconteceu em maio, com 32,3% ao ano. Nos 12 meses encerrados em setembro, o crescimento foi de 1,5 ponto percentual. Já nos 12 meses encerrados em agosto, a alta foi de 7,6 pontos percentuais.

O comportamento dos juros bancários médios ocorre em um

momento em que a taxa básica de juros da economia, a Selic, também vem sendo reduzida. A Selic é o principal instrumento do BC para controlar a inflação.

Após sucessivas quedas no fim do primeiro semestre, a inflação voltou a subir na segunda metade do ano, mas essa alta era esperada por economistas. Diante disso, na semana passada o BC cortou os juros pela terceira vez no semestre, para 12,25% ao ano, em um ciclo que deve seguir com cortes de 0,5 ponto percentual nas próximas reuniões. Ainda assim, os membros do colegiado indicaram que poderão mudar o tempo do período de cortes, caso as condições tornem mais difícil reduzir juros.

De março de 2021 a agosto de 2022, o Copom elevou a Selic por 12 vezes consecutivas, num ciclo de aperto monetário que

começou em meio à alta dos preços de alimentos, de energia e de combustíveis. Por um ano, de agosto do ano passado a agosto deste ano, a taxa foi mantida em 13,75% ao ano por sete vezes seguidas.

Até o fim do ano, a previsão dos analistas é que a Selic caia para 11,75%. Com isso, a taxa de captação dos bancos (o quanto é pago pelo crédito) vem recuando. Desde abril, ela está em queda e ficou em 9,3% em setembro.

A elevação da taxa básica ajuda a controlar a inflação porque causa reflexos nos preços, já que juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança, contendo a demanda aquecida. Quando o Copom diminui a Selic, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle sobre a inflação e estimulando a atividade econômica.

Fim de ano deve ter maior número de vagas temporárias desde 2013

O aquecimento que o Natal proporciona às vendas no comércio deve fazer o varejo brasileiro ter o maior número de contratações de trabalhadores temporários dos últimos dez anos. A expectativa é da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), que estima 108,5 mil vagas preenchidas.

Esse número representa um crescimento de 5,6% em relação ao ano passado, quando foram 97,9 mil contratações. Se confirmada a expectativa, esse contingente de mão de obra será o maior desde 2013, quando 115,5 mil pessoas ocuparam vagas temporárias.

A CNC chega a essa estimativa com base em aspectos sazonais das admissões e desligamentos no comércio varejista, registrados mensalmente pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego.

CAI O PRIMEIRO-MINISTRO DE PORTUGAL EM MEIO A DENÚNCIAS DE CORRUPÇÃO. ELEIÇÕES SERÃO ANTECIPADAS



O primeiro-ministro de Portugal, António Costa (Partido Socialista), renunciou ao cargo na última terça-feira. O agora ex-premiê anunciou sua demissão após ter sido alvo de uma investigação do Ministério Público sobre projetos irregulares de lítio e hidrogênio verde.

Em declaração, Costa diz que "foi surpreendido" com a informação de que estava sendo alvo de investigações. "Estava totalmente disposto a me dedicar com toda a energia a cumprir o mandato até ao termo desta legislatura", afirmou. O ex-primeiro-ministro disse ainda que os próximos passos serão anunciados pelo presidente Marcelo Rebelo de Sousa, e está "totalmente disponível para colaborar com a Justiça".

António Costa renunciou ao cargo no mesmo dia, e sua demissão foi aceita pelo presidente de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa, que anunciou a dissolução do Parlamento e a convocação de eleições legislativas para 10 de março do próximo ano. António Costa justificou sua renúncia em discurso à Nação:

"A dignidade das funções de primeiro-ministro não é compatível com qualquer suspeita sobre a sua integridade e boa conduta,

e muito menos com a suspeita da prática de qualquer ato criminoso. Não há nenhum ato ilícito que pese na minha consciência, nem mesmo qualquer ato passível de censura".

Depois de aceitar a demissão de Costa, a Presidência da República de Portugal anunciou que o presidente Marcelo Rebelo de Sousa convocou os partidos políticos representados na Assembleia da República para uma reunião e também o Conselho de Estado. "O presidente da República falará ao país imediatamente a seguir à reunião do Conselho de Estado", declarou a Presidência.

Segundo a Procuradoria Geral da República portuguesa, as investigações que motivaram os mandados de busca, apreensão e detenção foram as irregularidades em concessões de exploração de lítio nas minas da região formada pelos municípios de Montalegre e Boticas.

Cerca de 140 agentes policiais revistaram a casa de António Costa, bem como 17 outras propriedades. Cinco pessoas foram detidas: o chefe de gabinete de Costa, Vítor Escária; um consultor de Costa, Diogo Lacerda Machado; o presidente da Câmara de Sines, Nuno Mascarenhas; e dois executivos de empresas.

Erro de transcrição constrange o MP português

O Ministério Público de Portugal desencadeou uma crise política no país ao divulgar escuta telefônica autorizada pela Justiça que envolvia em casos de corrupção o nome do primeiro-ministro socialista António Costa, que ocupava o cargo há oito anos, tendo vencido duas reeleições consecutivas.

O órgão, no entanto, confirmou que há erros na transcrição e passou a ser alvo de críticas desde o último domingo, quando admitiu o erro na transcrição de uma escuta telefônica entre Diogo Lacerda Machado, amigo do primeiro-ministro António Costa, e Afonso Salema, consultor da empresa Start Campus.

Segundo a CNN Portugal, a Procuradoria reconheceu o erro durante o interrogatório de Diogo Lacerda Machado no Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa. A escuta em questão destaca um diálogo entre Salema e Lacerda Machado sobre influenciar o governo para tratar questões relacionadas à instalação de data centers.

Apesar de aceitar a demissão, o presidente Marcelo Rebelo determinou que Costa fique no cargo até a realização de novas eleições para o parlamento, em março.



'ALDIR BLANC' INJETARÁ R\$ 15 BILHÕES NA CULTURA

Maior política cultural da história, nomeada em homenagem ao compositor Aldir Blanc, vai destinar R\$ 3 bilhões por ano até 2027 a estados, municípios e o Distrito Federal

Da Agência Brasília

No último mês, o Governo Federal lançou a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), que vai destinar R\$ 15 bilhões para o setor cultural até 2027, segundo o Governo Federal. A cerimônia ocorreu no Museu Nacional da República, em Brasília.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou um discurso que foi lido no evento. “Além de uma política, a PNAB é um pacto federativo que otimiza os investimentos públicos na cultura brasileira e corrige as distorções históricas de concentração em poucos produtores e em poucos municípios. É também um reconhecimento a todos que lutaram na pandemia para manter viva a nossa cultura”, afirmou o presidente.

Em 2020, mesmo com os problemas decorrentes da pandemia, o segmento cultural movimentou R\$ 230 milhões, o equivalente a 3,1% do PIB brasileiro. Já no quarto trimestre de 2022, a indústria criativa gerou 7,4 milhões de empregos formais e informais, chegando a 7% dos trabalhadores da economia do país.

“Esse é o tamanho da cultura brasileira. Imagine a potência econômica que ela será transformada em breve. Mais do que commodities, o Brasil pode e deve se tornar um grande exportador de cultura, inteligência e do nosso modo de ser e viver. Um país onde a biodiversidade e a diversidade cultural andam juntas”, destacou o presidente.

PLURALIDADE

A Lei nº 14.399/2022 instituiu, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura, a PNAB e estabeleceu um processo de gestão e promoção das políticas de cultura com o objetivo de promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício

dos direitos culturais, observado o respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso.

A União repassará a estados, municípios e Distrito Federal R\$ 3 bilhões por ano entre 2023 e 2027, totalizando R\$ 15 bilhões. Os recursos vêm do Fundo Nacional da Cultura (FNC) e são executados a partir de editais, chamadas públicas, prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural.

“A política estruturante deste primeiro ano são os territórios da cultura, uma política voltada para construção de equipamentos culturais de qualidade nos vazios de infraestrutura, dentro do nosso extenso ecossistema cultural”, disse a ministra da Cultura, Margaret Menezes.

Na cerimônia, a ministra também lembrou do desafio de reconstruir neste ano o Ministério da Cultura, que havia sido extinto, e destacou a força do setor cultural. “A implementação da Política Nacional Aldir Blanc é fruto da resistência, da luta e do compromisso de toda a sociedade civil, dos parlamentares, das pessoas que trabalham, que vivem e são a cultura brasileira, da classe artística, que resistiu e também lutou e luta pela democracia no nosso país e pelas políticas culturais mais dignas e duradouras”.

EXECUÇÃO

O investimento será destinado a manutenção, formação, desenvolvimento técnico e estrutural de agentes, espaços, iniciativas, cursos, oficinas, intervenções, performances e produções. Também se volta ao desenvolvimento de atividades de economia criativa e solidária, a produções audiovisuais e manifestações culturais, e à realização de projetos e atividades artísticas, do patrimônio cultural e de memória.

Os recursos não poderão ser destinados para pagamento de pessoal ativo ou inativo de órgãos

ou entidades da administração direta ou indireta, para empresas terceirizadas contratadas por órgãos ou entidades da administração direta ou indireta.

As informações relativas à execução financeira de quem receber os recursos da política serão de acesso público e poderão ser objeto de controle social pela sociedade, inclusive por meio dos conselhos municipais, estaduais e distrital de cultura.

Para o recebimento dos recursos, os entes federativos e consórcios públicos intermunicipais devem cadastrar na plataforma TransfereGov, a partir de 31 de outubro, os planos de ação com metas e ações previstas. As informações servirão de base para o Plano Anual de Aplicação dos Recursos (PAAR).

COLABORAÇÃO

Para regulamentar a PNAB, o MinC fez reuniões com movimentos sociais, sociedade civil e dirigentes de cultura e debates com o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), o ConECTa, Fórum Nacional de Conselhos Estaduais de Cultura e movimentos nacionais de cultura.

“A Política Nacional Aldir Blanc é uma política pública do povo, para o povo e por meio do povo, independentemente de quem está sentado na cadeira do governo, tudo deverá ser executado com alinhamento direto, seguindo a lógica do Sistema Nacional de Cultura, que existe para ser democrático e participativo”, ressaltou a representante do CNPC, Fernanda Morgane.

Já o secretário da Cultura do Espírito Santo e presidente do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura, Fabrício Noronha, definiu a política como uma conquista para o setor cultural, desenvolvida de forma colaborativa. “Agora, para nós gestores, é arregaçar as mãos e cadastrar os planos dentro dos prazos estabelecidos”, disse.



Foto: Igor Marotti

FENÔMENO DA LITERATURA FRANCESA, ‘TEORIA KING KONG’ ESTREIA NO SESC BOM RETIRO, EM SP

Adaptação para o teatro da obra de Virginie Despentes tem dramaturgia de Marcia Bechara e direção de Yara de Novaes. No elenco, as atrizes Amanda Lyra, Ivy Souza e Verónica Valentino

Fernanda Otero

No dia 17 de novembro, o Sesc Bom Retiro receberá a “peça furacão” Teoria King Kong, com dramaturgia assinada por Marcia Bechara, tradutora do livro do francês para o português. Esgotada, a obra de Virginie Despentes foi publicada no Brasil em 2017, pela Companhia das Letras, uma década depois da publicação original na França.

A adaptação do livro para o

teatro foi um processo coletivo, com participação do elenco, que contribuiu com a dramaturgia. Um período de criação “muito transformador”, define a atriz Amanda Lyra, em conversa com a **Focus**. “A peça é uma escolha de como contar sobre essa violência. Isso não diminui a densidade, a profundidade e a nossa responsabilidade para com o relato”.

“Tentamos entender isso a partir da nossa experiência, dos

nossos corpos no mundo, e acho que isso dá uma potência para o discurso, somando e validando o que ela diz”, completa a colega Amanda Lyra.

A adaptação de Bechara coloca no palco um mergulho da própria experiência do encontro com o texto incômodo de Virginie e passeia também pelo processo de tradução para a edição brasileira.

No texto original, a autora narra em primeira pessoa expe-



Foto: Igor Marotti

riências desconcertantes que apontam o dedo para problemas estruturais de uma sociedade que sufoca, estereotipa e explora a condição feminina - discutindo também questões como "classificações" de gênero e ativismo. No elenco, um verdadeiro furacão interage com a cenografia de Dina Salém Levy, que hipnotiza o espectador, que não está ali em vão. Os movimentos com a direção de Murillo Basso conduzem as atrizes Amanda Lyra, Ivy Souza e Verónica Valenttino num vórtice narrativo que desconcerta e apresenta vertigens próprias, incorporando o corpo e as palavras da tradutora e narrando experiências e trajetórias próprias.

Pode-se dizer que o incômodo nada mais é, no entanto, que um chamado ao espectador à parte que lhe cabe diante do que é narrado: estupros, abusos, glórias, rótulos, obstáculos. Tudo se desmancha em fragmentos de pneus reciclados. Quem assiste visita outro planeta, o planeta que não frequenta, que ignora e que prefere não acompanhar. O susto é a responsabilidade colocada em cada um diante da dor do outro.

Uma construção 'king kong'

Durante a pandemia da Covid em 2021, a diretora Yara de Novaes foi procurada pelas produtoras de teatro Verônica Prates

e Valência Losada, da Quintal Produções. O primeiro ato foi montar a dramaturgia, que ficou a cargo de Marcia Bechara, atriz, escritora e tradutora.

Sem nenhuma demagogia, sem nenhum proselitismo, esse foi um dos melhores encontros da minha vida, teatralmente falando, como criadora, como mulher", registra Bechara.

"Eu e Marcia nos conhecemos há muitos anos do teatro, de Belo Horizonte", relata Yara. "Quando ela teve o primeiro contato com o texto, ela me procurou para dizer que imaginava que eu pudesse fazer, como atriz esse espetáculo, mas não era a hora. Muito mais tarde, durante a pandemia, as meninas da Quintal me ligaram querendo montar esse livro, dessa vez me chamando para ser diretora".

Sobre o elenco, Yara de Novaes lembra que o ponto primordial para a escolha das atrizes seria que fossem atrizes criadoras, que se colocassem, inclusive, como dramaturgas ocasionais e pudessem representar os feminismos, como a própria Virginie está e se coloca em relação ao feminismo.

"Era preciso que a gente tivesse mulheres que, de alguma forma, representassem e pudessem ir além de dialogar, que pudessem colocar em questão o próprio livro", aponta. Assim

nasceu o trio que encena a peça: Amanda Lyra, Ivy Souza e Verónica Valenttino, três atrizes com trajetórias pessoais que, de alguma maneira, dialogam com o texto.

A narrativa transita entre a esfera privada e a pública através do relato pessoal contido no texto. Esse movimento contempla tanto uma introspecção individual quanto uma exposição ao espectador num discurso ativo e dinâmico.

Yara, Márcia, Ivy e Amanda entendem que a figura de "king kong" indica avanços na discussão feminista, abordando o universo queer como um leque de possibilidades e reflexões sobre temas significativos dentro do feminismo, capitalismo e suas interseções.

Um outro aspecto do trabalho é a interlocução da ideia do público e do privado que perturba. "O king kong, a king kong e king kong que a Virginie aponta, é essa figura híbrida, é uma figura que está para além da guerra dos gêneros", explica Amanda Lyra.

"Quem seríamos nós se não tivéssemos essas amarras? Se não precisássemos ter medo de andar na rua, pensar na roupa que vestimos, se a gente não precisasse conviver com as muitas violências que são naturalizadas, condizentes ou não com a nossa realidade?", questiona a atriz Ivy Souza.

Com trilha sonora de Natalia Mallo e figurino de Marichilene Artisevskis, o espetáculo fica em cartaz durante um mês, de 17 de novembro a 17 de dezembro, no Sesc Bom Retiro.

Sextas e sábados, às 20h. Domingos e segundas, às 18h. Ingressos disponíveis nas bilheteiras Sesc ou no site da instituição. No dia 9/12, o espetáculo apresentará acessibilidade de audiodescrição e com tradução simultânea em Libras no dia 10/12. •



UMA MESTRA “QUASE SECRETA” DO CONTO À BRASILEIRA

“Todos Juntos”, coletânea de toda produção ficcional de Vilma Arêas, é oportunidade para redescobrir a versatilidade dessa escritora singular

Bia Abramo

Vilma Arêas é um desses segredos bem guardados da literatura brasileira. A escritora e tradutora escreve e publica desde o final dos anos 1980 (“Na Tapera de Santa Cruz”, 1987), ganhou três prêmios Jabuti e teve uma carreira sólida como docente de teoria literária na Unicamp. O perfil discreto e algo avesso aos rituais contemporâneos de divulgação de obra literária - a maratona de lançamentos, entrevistas e participação em palestras e rodas de conversa -, no entanto, faz de Vilma uma autora sempre a ser redescoberta.

A coletânea “Todos Juntos” oferece um mergulho em profundidade em seus textos desde a segunda metade da década de 1970 até este ano. A sensação de profundidade reside em o livro estar organizado em ordem cronológica decrescente, ou seja, do mais recente ao mais antigo. Isso permite não apenas uma espécie de retrospectiva desses quase 50 anos de atividade literária como dá ao leitor uma espécie de mapa em 3 dimensões, de maneira que ele possa puxar os fios de memória e história que ligam sua produção.

É evidente que, sendo uma escritora da narrativa curta, a coletânea se presta a ser iniciada de qualquer ponto. No entanto, o tal mergulho será talvez mais proveitoso se a leitura começar pelo inédito “Tigrão” (2023), uma série de contos escritos durante a pandemia nos quais Vilma conta a história de uma estranha amizade ocorrida durante o período mais repressivo da Ditadura Militar. A rigor, os 15 fragmentos que compõem “Tigrão” formam uma mesma história cujas peças vão se encaixando aos poucos, mas a

mestria de Vilma no manejo dos formatos permite que cada um deles seja lido e apreciado como um conto separado.

A cidade de São Paulo, com sua feroz desigualdade e sua eterna decadência, aparece como um dos temas recorrentes e objeto de observação aguda da escritora. Uma São Paulo, no entanto, habitada por personagens convulsos e confusos, tratados de forma menos ligeira que a da crônica, mas onde a delicadeza descritiva de cenas tomadas quase como instantâneos fotográficos típicas do que se chamou da crônica literária também emergem e confundem. Nos textos mais recentes de “Um Beijo Por Mês” (2018), “Trouxa Frouxa” (2000), a aspereza do tecido urbano de São Paulo é quase que a protagonista constante - quando não se confunde com a narradora.

Numa espécie de exercício, também aparecem textos em que a ficção vai no limite do ensaio, como nos 26 textos de “Partidas” (1976), ordenados pelas letras do alfabeto e nos quais as reminiscências e as reflexões desenham pessoas, objetos, animais e até conceitos matemáticos. E mesmo nesse hibridismo,

se ouve com clareza a voz inconfundível da escritora, uma voz de frases claras, de definições argutas e não sem um toque sutilíssimo de humor cerebral.

Na também curta, mas muito precisa, apresentação do organizador Samuel Titan Jr., o professor de literatura comparada da USP arrisca uma descrição quase definitiva: “Vilma embaralha em seus contos todas as cartas, as velhas e as novas, que a tradição desse gênero lhe pôs nas mãos, e vai da anedota cômica ao episódio rememorado, do retrato de perfil ao esquete dialogado com ecos de Martins Pena, do fragmento à história mais amarrada, da quase-crônica à quase-novela - quando não lhes apaga todas as fronteiras e nos deixa entregues, sem etiqueta nem muleta, à graça insólita ou à pungência idem de suas histórias.”

Num país de grandes contistas, a prosa de Vilma Arêas fulgura como a de uma mestra “quase secreta”, tão afeita à experimentação e à invenção quanto à disciplina da tradição. Ter toda sua ficção disponível em “Todos Juntos” convida a descobrir - ou redescobrir, se for esse o caso - essa escritora tão singular e autônoma do conto à brasileira. •





10 a 16 de novembro de 1937

JÁ NO SÉCULO 20, VACINAS ERAM ALVO DE TEORIAS CONSPIRATÓRIAS

No início do século 20, no Rio de Janeiro, a obrigatoriedade da vacinação contra a varíola e a peste bubônica gerou grande insatisfação entre a população. A revolta, que ficou marcada como a Revolta da Vacina, teve como principal motivação o descontentamento da população com a forma autoritária com que a vacinação foi imposta.

A população se sentia prejudicada pela falta de informação sobre os benefícios da vacina e os possíveis efeitos colaterais. Muitos acreditavam em teorias conspiratórias e boatos alarmantes, o que contribuiu para a revolta ganhar força.

O governo da época era lide-

rado pelo presidente Rodrigues Alves e pelo prefeito do Rio de Janeiro, Francisco Pereira Passos. Ambos foram responsáveis por uma série de reformas urbanas e sanitárias na cidade, sendo a política de vacinação obrigatória uma das medidas adotadas nesse contexto. O sanitarista Oswaldo Cruz era o diretor geral de Saúde Pública, cargo que corresponde atualmente ao de ministro da Saúde.

Os protestos foram marcados por confrontos violentos entre a população e as forças policiais. Houve depredação de prédios públicos, como postos de vacinação, e confrontos diretos nas ruas do Rio de Janeiro. O gover-

no acabou revogando a obrigatoriedade da vacinação, mas a revolta deixou um legado importante para a história da saúde pública no Brasil.

Apesar de ter sido um episódio marcado por conflitos, a Revolta da Vacina foi um marco no processo de conscientização sobre a importância da vacinação e da participação popular nas decisões de saúde pública. Hoje, a vacinação é amplamente reconhecida como uma das medidas mais eficazes para a prevenção de doenças, e a Revolta da Vacina serve como um lembrete dos desafios enfrentados no passado para garantir o acesso a esse direito fundamental.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br

memorialdademocracia.com.br



BRASIL

200 anos de lutas e resistências do povo trabalhador

Everaldo de Oliveira Andrade (Org.)

Ângela Maria de Sousa Silva | Berenice Gomes da Silva
Carlos A. Ferreira Martins | Cynthia Soares Carneiro
Eduardo Silveira Netto Nunes | Fernanda Rodrigues Galve
Francisco das Chagas Pereira | Francisco Elias de Araújo
Jean Pierre Chauvin | João Maurício Gomes Neto | John Kennedy Ferreira
José Sergio Gabrielli de Azevedo | Kátia Cilene do Couto
Lyndon de Araújo Santos | Marcelo Sampaio Carneiro
Márcia Regina Barros da Silva | Raimunda N. Monteiro | Ronald Rocha
Vitor Eduardo Schincariol | Zeneide Pereira Cordeiro



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

HUCITEC
EDITORA

MADRID - 24, 25 e 26 DE NOVEMBRO DE 2023

VI EPTEX

ENCONTRO DE PETISTAS NO EXTERIOR



ORGANIZAÇÃO:



PARTIDO DOS TRABALHADORES

SECRETARIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS



PARTIDO DOS TRABALHADORES
NÚCLEO DE MADRID



Núcleo
Lisboa



FUNDAÇÃO

Perseu Abramo

Partido dos Trabalhadores



NÚCLEO
Comunidade
Valenciana



Madaba Br